

Patience Epps

(University of Texas at Austin, USA)

Andrés Pablo Salanova

(Université d'Ottawa, Canada)

A linguística amazônica hoje¹

ABSTRACT: The present article offers a bird's eye view of the most active areas of research in Amazonian linguistics in the last ten years. Topics that are discussed include noun classifiers, number systems, nominal and verbal tense, evidentiality, alignment systems, constituent order, the various forms of subordination, the relationship between grammar, discourse and culture, and the history and classification of Amazonian languages. The article does not favor any particular theoretical perspective, but aims to highlight research which interacts with neighboring disciplines such as anthropology and archaeology, or which informs linguistic theory as a whole. The article closes with a brief assessment of the current state of the indigenous languages of Amazonia and of the field of Amazonian linguistics.

KEYWORDS: Amazonian languages; Linguistic typology; Anthropological linguistics; Descriptive and documentary linguistics; Historical linguistics.

RESUMO: O presente artigo apresenta uma síntese das áreas de pesquisa mais ativas da linguística amazônica nos últimos dez anos. Abordam-se temas tais como os classificadores nominais, os sistemas de numeração, o tempo verbal e nominal, a evidencialidade, os diferentes sistemas de alinhamento sintático, problemas ligados à ordem de constituintes, as diversas formas da subordinação, as relações entre gramática, discurso e cultura, e a história e a classificação das línguas amazônicas. O artigo não privilegia nenhuma abordagem teórica em particular, mas procura pôr em relevo as linhas de pesquisa que interagem com disciplinas conexas, tais como a antropologia e a arqueologia, ou que exercem influência sobre a teoria linguística de um modo global. O artigo conclui com uma breve avaliação da situação atual das línguas indígenas faladas na Amazônia e do estado atual da linguística amazônica.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas amazônicas; Tipologia linguística; Etnolinguística; Linguística descritiva e documental; Linguística histórica.

¹ Gostaríamos de agradecer os comentários e sugestões de referências de vários colegas amazonistas, em particular Denny Moore e Francesc Queixalós. Dedicamos o presente texto a Steven Rubenstein, *in memoriam*, que nos propôs a elaboração deste artigo para publicação em *Tipiti*, o Boletim da Society for the Anthropology of Lowland South America (SALSA). Uma versão modificada deste artigo sairá no número 10(1) de *Tipiti*. A contribuição de Epps foi apoiada em parte pela bolsa de pesquisa HSD-902114, ortorgada pela Fundação Nacional da Ciência (NSF) dos EUA, enquanto que a contribuição de Salanova foi apoiada em parte pela bolsa de pesquisa 410-2010-2040 do Conselho de Pesquisas Ciências Sociais e Humanas (CRSH) do Canadá.

1. INTRODUÇÃO

Do ponto de vista linguístico, a Amazônia é uma região de uma riqueza praticamente infinita. Nessa região, que definimos aqui como abarcando a bacia do Amazonas e do Orinoco, e as regiões adjacentes nas cabeceiras do rio Paraguai, encontram-se aproximadamente 300 línguas indígenas, que pertencem a mais de 50 unidades genéticas diferentes (ver Rodrigues 2000), constituídas de famílias linguísticas e de línguas isoladas, ou seja, aquelas cuja relação com qualquer outra língua conhecida não foi ainda estabelecida.

Até pouco tempo atrás nosso conhecimento sobre essas línguas era exíguo. Há pouco mais de uma década Grinevald (1998: 127) descrevia a região como uma “caixa-preta linguística”. Apesar dos grandes avanços feitos nos últimos anos, somente uma fração das línguas da região conta hoje com boas descrições. Além de pouco conhecidas, muitas línguas da região amazônica são faladas por pequenos grupos de pessoas e encontram-se em uma situação de perda linguística avançada.

É impossível exagerar o valor dessas línguas. Para os seus falantes, elas representam a pedra angular da transmissão de seu patrimônio cultural. Para os linguistas, elas contêm uma quantidade enorme de informação pertinente à nossa compreensão da faculdade da linguagem no ser humano. Um grande número das línguas da Amazônia possui estruturas que contradizem os pressupostos sobre o que é possível e impossível nas línguas humanas. Um exemplo que hoje em dia é clássico é o da ordem “básica” de constituintes na sentença: *supunha-se*, até há algumas décadas, que não se encontraria em nenhuma língua uma ordem em que o objeto viesse normalmente antes do sujeito. Porém, tal ordem foi encontrada em Hixkaryana (Karib), Urubu Ka’apor (Tupi-Guarani) e outras línguas amazônicas.

Neste artigo panorâmico, apresentamos alguns temas que têm sido importantes na análise das línguas amazônicas em tempos recentes. Uma das finalidades deste artigo é colocar em destaque o trabalho descritivo e analítico de grande qualidade que tem sido realizado nos últimos anos, e de avançar alguns temas que acreditamos ainda precisam de atenção por parte dos linguistas. De modo mais amplo, este artigo tem a finalidade de desexotizar a Amazônia como área linguística, e de propor uma visão que, sem negar o que há de linguisticamente único na Amazônia, procura entendê-la à luz do conhecimento linguístico tradicional e de descrições etnográficas bem fundamentadas.

Existem vários sobrevoos tipológicos das línguas amazônicas, entre os quais se contam Derbyshire e Pullum (1986), Payne (1990), Queixalós e Lescure (2000), Dixon e Aikhenvald (1999), Campbell (2012) e Aikhenvald (2012), entre outros (para as línguas do Brasil, ver Corbera Mori 2010). O propósito do presente trabalho não é o de proporcionar um quadro tipológico estático das línguas amazônicas, senão apontar aqueles traços linguísticos nos quais os avanços teóricos recentes nos mostram novos horizontes de pesquisa. Procuramos ser abrangentes quanto às linhas teóricas levadas em consideração, mas em qualquer caso procuramos dar conta de trabalhos que vão além da descrição e tipologia, seja ao invocarem conexões entre estrutura linguística e cultura ou cognição, ou ao debruçarem-se sobre minúcias formais que enriquecem a compreensão de um sistema linguístico particular. No entanto, diante da impossibilidade de se fazer justiça a toda a produção dos últimos

anos, os temas escolhidos refletem em grande medida os interesses de pesquisa atuais dos autores. Em particular, não pudemos fazer jus à importante produção em fonética e fonologia das línguas amazônicas que em certos domínios, tais como a nasalidade, o tom e o acento, tem sido determinante para o avanço da disciplina.

Temos, no entanto, a esperança de que o presente artigo sirva como uma chamada para rever a produção descritiva que existe, e explorar novos problemas e caminhos de análise, algo que virá a ser cada vez mais necessário para completar o nosso conhecimento sobre a vasta região amazônica.

2. OS CLASSIFICADORES NOMINAIS

Em primeiro lugar, consideramos a classificação nominal. Sistemas de classificadores encontram-se em várias famílias linguísticas da Amazônia, entre as quais se contam as famílias Arawak, Tupi, Macro-Jê, Tukano, Nambikwara, Yanomami, Bora e outras. Dados de línguas amazônicas têm tido um papel importante nos estudos tipológicos sobre os classificadores (Grinevald 2000, Grinevald e Seifart 2004, Aikhenvald 2000, etc.).

As línguas amazônicas exibem toda uma gama de diferentes sistemas de classificação nominal. As variantes mais gramaticalizadas são os sistemas de gênero ou classe nominal. Em tais sistemas, a classificação é obrigatória e envolve um número reduzido de classes dentro das quais são agrupados os substantivos. A associação de um substantivo com uma classe determinada tem pouco fundamento semântico e o sistema normalmente se manifesta na concordância entre substantivos e adjetivos, numerais ou outras categorias conexas (ver Grinevald 2000: 56-58, Aikhenvald 2000, Corbett 2006). Na Amazônia, os sistemas de gênero ou classe nominal se encontram, entre outras línguas, em línguas das famílias Arawá (cf. Dixon 1999: 298) e Chapakura. Dentro dessa última família, a língua Wari' é um exemplo requintado da complexidade que pode ocorrer em um sistema no qual a atribuição dos substantivos às diferentes classes é parcialmente transparente: o "feminino" inclui as mulheres, os substantivos coletivos, e grupos mistos de machos e fêmeas; o "masculino" inclui os homens, os animais, e objetos culturalmente importantes; o "neutro" inclui a maioria das entidades inanimadas, objetos introduzidos recentemente ao mundo wari', etc. (Everett e Kern 1997; ver também Aikhenvald e Dixon 1999: 360).

Ao contrário, os classificadores propriamente ditos parecem mais com lexemas do que com elementos gramaticais. Os sistemas de classificadores costumam ter um grande número de classes e a atribuição dos substantivos às diferentes classes é mais ou menos transparente. Os classificadores comumente servem para derivar novos itens lexicais, em vez de serem usados para marcar a concordância, e a sua ocorrência pode estar limitada a um subconjunto dos substantivos da língua, ou a certos contextos específicos (Grinevald 2000: 62, Aikhenvald 2000). A distinção entre classes nominais e classificadores pode ser considerada um contínuo, e os sistemas de classes nominais podem, de modo geral, derivar historicamente de sistemas de classificadores lexicais (e.g., Grinevald 2000).

Na Amazônia, a variedade e complexidade dos sistemas de classificadores são surpreendentes. Algumas línguas da família Bora, por exemplo, têm várias centenas de classificadores. Outras línguas, tais como as da família Tukano oriental, permitem que um substantivo preencha a posição do classificador (uma espécie de "repetidor") quando

não existe um classificador mais apropriado (ver Aikhenvald 2000, Barnes 1999: 218). A base semântica da classificação varia de uma língua a outra: nas línguas Nambikwara, por exemplo, os humanos são classificados pelo gênero e os inanimados pela forma, função, etc. enquanto que os animais não são classificados. Nas línguas Tukano orientais e em algumas línguas Nadahup (Makú), os animados são classificados pelo gênero, os inanimados pela forma, etc. Finalmente, em algumas línguas Arawak (e.g. Baniwa do Içana) os humanos são classificados pelo gênero, os inanimados pela forma, e os animais tanto pela forma quanto pelo gênero. Os traços que definem as classes nos sistemas baseados na forma incluem “coisas redondas” e “coisas planas”, mas podem também incluir conceitos mais específicos tais como a casca solta no tronco de uma árvore, aplicada por extensão às calças largas ou ao compensado (Tukano oriental; Barnes 1999: 219).

Uma das características mais instigantes dos sistemas de classificação nominal é o fato de que a pertinência a uma certa classe pode, à primeira vista, parecer arbitrária, mas com frequência é influenciada por associações entre entidades que são determinadas pela cultura, como já exposto na conhecida argumentação em torno da língua australiana Dyirbal feita por Lakoff (1987) e Dixon (1982). As entidades podem ser agrupadas em certos conjuntos e, com o tempo, reagrupadas na base de experiências específicas a uma determinada comunidade, o que inclui sistemas de crenças fundamentados por mitos. Um exemplo notável é dado por Hill (1988) que descreve as classes nominais em Wakú (também conhecido como o dialeto Curricaro do Baniwa/Kurripako). Uma das classes nessa língua inclui substantivos que designam uma espécie grande de surubim, outros peixes alongados, o cipó, as cobras, e a linha de pescar. Enquanto algumas dessas associações se remetem à forma, outras estão baseadas na mitologia; por exemplo, o surubim é homônimo de um trompete que é amarrado com fibra de um cipó chamado “duas cobras”. Apesar de que as classes são praticamente fixas para cada falante, como ocorreria em qualquer sistema de classificação de uma língua humana, Hill mostra que a classificação é transformada por especialistas nos cantos rituais *málikai*. Nesses cantos, os substantivos são agrupados em classes diferentes daquelas usadas na língua de todos os dias, seguindo os mesmos processos que respondem pela organização das classes ao longo do tempo. Por exemplo, enquanto que um dono de cantos poderia incluir o mutum na classe dos “espíritos de pássaros” definida nos cantos *málikai*, ele poderia também incluí-lo na classe dos “espíritos de animais aquáticos”, já que na mitologia o mutum se transforma em uma sucuri.

Uma última característica a mencionar a respeito dos sistemas classificadores nas línguas amazônicas é que muitos dos classificadores de objetos inanimados derivam historicamente de termos para partes de plantas. Isto ocorre em Hup e Yuhup (Nadahup; Epps 2007a, 2008a; Ospina 2002), Apurinã (Arawak; Facundes 2000: 183-201) e Yanomam (Yanomami; Goodwin-Gomez 2000: 18-20, Perri Ferreira 2009), e pode ser atribuído ao fato de que, nessa região, as plantas proporcionam a maioria das matérias primas para a fabricação de objetos.

No campo da semântica formal, vários trabalhos recentes investigam a relação entre os classificadores e a contabilidade ou individuação das entidades denotadas por sintagmas nominais (e.g., Müller et al. 2006, Lima 2010), isto é, como os classificadores assumem algumas das funções associadas aos determinantes em línguas mais conhecidas.

3. SISTEMAS DE NUMERAÇÃO

A observação de que os sistemas de numeração na Amazônia tendem a ter limites superiores baixos em comparação com os sistemas de numeração em outras partes do mundo tem recebido certa atenção recentemente (e.g., Gordon 2004, Pica et al. 2004, Everett 2005, Frank et al. 2008). De fato, várias línguas da Amazônia parecem carecer completamente de números (i.e., palavras cujo uso primário ou exclusivo é o de denotar uma quantidade exata). Por exemplo, o termo usado para “um” pode também querer dizer “pequena quantidade”, como acontece em Pirahã, família Mura; “dois” pode ser equivalente a “uns poucos”, como tem sido descrito em Nadëb, família Nadahup (Weir 1984: 103), e as quantidades maiores do que dois ou três podem ser descritas simplesmente como “vários” ou “muitos”. Entre tais línguas, e outras em que os números não sobrepassam o “dois”, contam-se o Krenak (Macro-Jê; Loukotka 1955: 125), o Matsés (Pano; Fleck 2003: 558), e o Canela-Krahô (Macro-Jê; Green 1997: 181).

Várias outras línguas amazônicas têm conjuntos um pouco maiores de números (normalmente de um a três ou de um a cinco), mas as expressões para quantidades maiores são variáveis e transparentes, e baseiam-se normalmente em palavras para os dedos das mãos e dos pés. Em Hup (Nadahup; Epps 2006, 2008a), por exemplo, “seis” pode se expressar como “um outro dedo levantado”, “um dedo levantado”, “outro polegar”, etc. (ver também Yuhup; Ospina 2002); uma situação semelhante tem sido descrita em línguas como o Êmérillon (Tupi-Guarani; Rose 2003: 195). Outros sistemas mostram recursos ainda menos precisos, tais como o sistema de numeração do Dâw (Nadahup; Martins 2004: 265), em que as quantidades acima de “três” são designadas pelos termos “par” (literalmente “tem irmão”) ou “ímpar” (literalmente “não tem irmão”), que suplementam um sistema gestual em que se conta com os dedos em pares.

Mesmo em línguas amazônicas nas quais os números são formas básicas fixas, estes têm em muitos casos uma etimologia transparente. Por exemplo, em Mundurucu (Tupi; Pica et al. 2004: 500), “dois” é derivado de “braços”, “três” de “dois e um”, e “quatro” de “dois e um e um”. Em Hup e várias outras línguas da família Nadahup, “um” parece derivar de um demonstrativo, “dois” de “olhos”, e “três” de “semente de seringueira”, que tem três lóbulos. Um número surpreendente de línguas amazônicas tem palavras para “quatro” que empregam a palavra para “irmão” ou “companheiro”; essas incluem línguas da família Tukano oriental, Arawak, Nadahup, Bora, Tupi-Guarani e Záparo, entre outras (Epps e Hansen, em preparação; ver também a discussão no fórum ‘Etnolinguística’, <http://br.groups.yahoo.com/group/etnolinguistica/message/1898>), o que sugere que essa expressão pode ter se disseminado mediante contato entre falantes, talvez facilitado por intercâmbios comerciais.

Essas características dos sistemas de numeração das línguas amazônicas são de grande interesse teórico, sob vários pontos de vista. Do ponto de vista cognitivo, vários estudos recentes (Gordon 2004, Pica et al. 2004, Frank et al. 2008) associam sistemas de numeração limitados com certa dificuldade para o cálculo e para a enumeração de quantidades exatas, algo que evoca a questão de possíveis conexões causais entre língua e cognição, na vertente do trabalho de Whorf. Do ponto de vista linguístico, as línguas da Amazônia proporcionam evidências interessantes sobre o desenvolvimento histórico dos sistemas de numeração (ver Epps 2006). De modo mais amplo, o fato de que os sistemas de

numeração não são uma propriedade universal das línguas humanas sugere que, como observa Andersen (2005: 22), “onde existem sistemas de numeração, eles são uma criação cultural; isto é, eles foram criados (ou tomados de outras línguas) porque havia para tal uma motivação cultural”. Vários autores têm notado que os limites dos sistemas de numeração mostram uma correlação aproximada com a estrutura social e os padrões de subsistência, de modo que os sistemas pequenos são típicos de grupos pequenos, mais igualitários, e orientados à caça e coleta (e.g., Winter 1999: 43, Heine 1997: 24); essa correlação pode manter-se também na Amazônia (Epps et al. 2012).

Finalmente, cabe adicionar que muitas línguas da Amazônia têm substituído ou suplementado os seus sistemas de numeração nativos por empréstimos do português ou espanhol, o que torna os sistemas de numeração um dos traços mais ameaçados não somente das línguas da Amazônia como também do mundo inteiro (ver Comrie 2005a), constituindo-se, portanto, prioridade na documentação dessas línguas.

4. OS SISTEMAS DE TEMPO VERBAL E A AUSÊNCIA DE TEMPO

Os sistemas de tempo verbal já foram centrais no debate sobre a relação entre língua e cognição. Foi um contraste na organização temporal entre o Hopi e o Inglês que levou Whorf (1950) a apresentar a sua conhecida hipótese sobre relativismo linguístico. Os sistemas de tempo são ainda hoje um dos elementos fundamentais na discussão sobre quanto do arcabouço semântico da linguagem humana é universal, e quanto é específico a cada língua.

Ainda é pouco o que se sabe sobre os sistemas de tempo verbal na região amazônica, já que as descrições que existem não abordam a semântica das categorias flexionais com muita precisão. Dixon e Aikhenvald (1999: 9) propõem como traço areal amazônico que categorias verbais de tempo, aspecto e modo se expressam mediante sufixos *opcionais*. Existem exceções, tais como as línguas Tukano orientais, nas quais o tempo verbal é obrigatório e integrado morfológicamente com o tema verbal, junto com a evidencialidade. Porém, é possível afirmar que as línguas amazônicas são, de modo geral, línguas com expressão limitada do tempo, nas quais a dêixis temporal depende, em muitos contextos, de inferências a partir da semântica do predicado, do aspecto e de outras categorias flexionais que não o tempo. A opcionalidade do tempo verbal em muitas línguas amazônicas contrastaria com a obrigatoriedade na marcação da evidencialidade, tratada na Seção 5.

Para apresentar um exemplo de um sistema com expressão limitada do tempo verbal, examinamos o Mëbengokre, língua Jê setentrional da Amazônia oriental. Nessa língua, as noções que se expressam diretamente no tema verbal são a iteratividade, que indica se um evento ocorreu uma ou várias vezes, ou se afetou múltiplos objetos,² e a estatividade, que indica essencialmente se um evento faz parte do fio principal da narrativa, ou se ele é apresentado como informação de fundo. Uma segunda camada de morfemas verbais são

² Trata-se aqui do “número verbal” ou “pluracionalidade”, um traço bastante difundido nas línguas da América, que não poderemos tratar aqui por limitações de espaço (ver, por exemplo, D’Angelis 2004, e a noção de “distensitivé” em Queixalós 1998).

os enclíticos aspectuais, cuja semântica está entre o aspecto gramatical e o aspecto léxico: incluem noções tais como o inceptivo, terminativo, progressivo e prospectivo. Finalmente, uma última camada de morfemas ligados à predicação são as partículas adverbiais, que são opcionais e ocorrem próximas do início da frase. Essas partículas codificam noções tais como a evidencialidade, o imperativo ou hortativo, o condicional, e uma distinção de tempo opcional entre o futuro (ou *irrealis*) e o não futuro (ou *realis*). Várias línguas da família Jê, Karib e Tupi, entre outras, apresentam um quadro geral muito similar a este.

É interessante notar que os morfemas aspectuais, apesar de não ser explicitamente temporais, afetam a interpretação temporal do predicado:

- (1) a. *ba mỳja krēn o=nhỹ*
 eu algo comer PROG
 ‘Estou comendo alguma coisa (sentado).’
- b. *ba mỳja krē*
 eu algo comer
 ‘Vou comer alguma coisa.’

Como se pode ver, em (a) a interpretação de presente é introduzida pelo progressivo, em virtude de sua duratividade, enquanto que a forma sem progressivo em (b) é interpretada como um futuro iminente.

Esta determinação “contextual” do tempo ocorre de forma sistemática entre o passado e o futuro, já que o Mẽbengokre não distingue morfologicamente entre esses dois tempos. Enquanto que os verbos estativos costumam interpretar-se no presente, os verbos dinâmicos interpretam-se no passado:

- (2) a. *ba nẽ* *ba* *to*
 eu NFUT eu dançar
 ‘eu dancei.’
- b. *ba nẽ* *ba* *i-ngryk*
 eu NFUT eu eu-zangado
 ‘eu estou zangado.’

Fenômenos similares aos acima mencionados têm sido descritos em várias línguas das Américas; eles têm sido estudados com certa riqueza de detalhe em algumas dessas línguas, principalmente na América do Norte: Mohawk (Baker e Travis 1997) e Navajo (Smith et al. 2007), entre outras. A propriedade do predicado que determina a interpretação temporal não é a mesma em todas as línguas. Em Salanova (2007a, b) sustentamos que a propriedade relevante em Mẽbengokre é a dinamicidade, mas em algumas das línguas citadas se trataria do caráter pontual ou durativo do evento. Acreditamos que essa é uma área na qual as línguas da Amazônia teriam muito a contribuir para o nosso conhecimento.

Algumas línguas amazônicas, até onde sabemos (pelo menos nas famílias Arawak, Karib, Nambikwara e Tupi-Guarani; ver Nordlinger e Sadler 2004), possuem marcadores morfológicos de tempo no sintagma nominal. Esses marcadores costumam ser chamados de “tempo nominal”, apesar de que Tonhauser (2006) e outros têm sustentado que são

principalmente aspectuais e modais. A função típica dos marcadores de tempo nominal é a de indicar que o referente existe no futuro ou no passado, mas o marcador pode também modificar o tempo em que o referente foi possuído. Os exemplos que se seguem são do Guarani (Tupi-Guarani; retirados de Tonhauser 2006: 159 e de Nordlinger e Sadler 2004: 781), língua na qual os marcadores de tempo nominal são independentes do tempo da proposição, como se pode observar em (4):

- (3) a. *che-roga-kue*
minha-casa-PASS
'minha ex-casa.'
- b. *che-roga-rã*
minha-casa-FUT
'minha futura casa.'
- (4) a. *o-va-ta* *che-róga-kue-pe*
3-mudar-FUT 1-casa-PASS-em
'Ele vai mudar para a minha ex-casa.'
- b. *a-va-va'ekue* *hoga-rã-pe*
1-mudar-PASS 3.casa-FUT-em
'Eu mudei para a sua futura casa.'

Existem evidências de que, particularmente em línguas em que a marcação do tempo na proposição não é obrigatória, certas marcas no interior do sintaxe nominal interagem com a interpretação temporal da proposição como um todo. Isto tem sido descrito em certas línguas do Chaco (e.g., Mocovi; ver. Manni 2007), nas quais a distinção codificada nos determinantes entre entidades visíveis e não visíveis tem consequências para a interpretação temporal da oração: quando um sujeito é invisível, a interpretação costuma ser de que se trata de um evento no passado. A descrição do tempo nominal nas línguas amazônicas ainda não nos proporciona detalhes suficientes para avançarmos neste sentido.

Finalmente, notamos que o que é chamado "tempo nominal" codifica com frequência outras categorias. Nas línguas Nambikwara, a morfologia de tempo nominal inclui também informação evidencial (ver próxima seção). Os exemplos que se seguem são de Lowe (1999 apud Nordlinger e Sadler 2004):

- (5) a. *wa³lin³-su³-n³ti²*
aipim-CL-TEMPO+EVID
'este aipim que tanto eu quanto você vimos há pouco.'
- b. *wa³lin³-su³-ni'tā²*
aipim-CL-TEMPO+EVID
'este aipim que deve ter existido há um tempo atrás, segundo minha inferência (mas não a sua).'

O fenômeno do tempo nominal é diretamente relevante a uma série de questões

fundamentais em linguística, tais como a relação entre as noções espaciais e temporais na linguagem, e a distinção entre categorias gramaticais, entre outras, e a Amazônia é sem dúvida um terreno fértil para investigá-las.

5. A EVIDENCIALIDADE

Uma característica intrigante de muitas línguas amazônicas é a presença de morfemas de evidencialidade. A evidencialidade é a expressão gramaticalizada da fonte de informação. Essa categoria ocorre em línguas das famílias Arawak, Nambikwara, Tupi, Pano, Nadahup (Makú) e muitas outras.

As línguas da Amazônia distinguem várias categorias evidenciais. As categorias mais comuns são “não visual”, para informação sensorial obtida mediante a audição ou, às vezes, o tato ou o olfato também; “citativa”, para informação obtida de outro falante que é citada ao pé da letra; “reportativa”, para informação de segunda mão que não é citada literalmente; e “inferencial”, para informação deduzida pelo falante, às vezes, à base de evidências concretas (ver Aikhenvald 2004). A informação que é obtida pela visão pode também ser marcada por um evidencial, mas na maioria dos casos é essa a interpretação normal da ausência de um marcador de evidencialidade. A evidencialidade nas línguas amazônicas é normalmente uma categoria verbal.

Alguns dos sistemas de evidencialidade mais complexos do mundo encontram-se na família Tukano oriental, no noroeste da Amazônia. Nestas línguas, paradigmas de sufixos verbais obrigatórios fundem as distinções de evidencialidade com as marcas de número, pessoa e tempo. Em Tuyuca, por exemplo, as categorias evidenciais são a visual, não visual, aparente (inferencial), reportativa e presuntiva (Barnes 1984, Malone 1988):

- (6) *yai wede-gi tii-gi*
 onça fala-MSG AUX-N.VISUAL:PRES:3MSG
 ‘Uma onça está rugindo.’ (o falante ouviu mas não vê) (Malone 1988: 130).

Não é raro que as línguas amazônicas tenham evidenciais que estão gramaticalizados (i.e., que são morfemas), mas que não são obrigatórios (contra Dixon e Aikhenvald 1999: 1). Nessas línguas, a evidencialidade seria obrigatória no sentido de que precisa ser marcada no discurso, mesmo que ela não o seja em cada nova oração (cf. Valenzuela 2003: 57-58; Michael 2008: 102). Exemplos de línguas com essas características podem ser encontrados no Nanti (Arawak), o Shipibo-Konibo (Pano), o Hup (Nadahup) e o Karo (Tupi).

Os evidenciais podem formar um paradigma (i.e., mostrar um comportamento morfossintático uniforme) ou se combinar de forma inseparável com marcadores de outras categorias verbais, tais como o tempo (nas línguas Tukano orientais), modo (em Karo, Tupi; cf. Gabas 1999) ou mesmo a negação (Mýky, isolada; Montserrat e Dixon 2003). Os evidenciais também podem estar dispersos, preenchendo várias posições diferentes na frase e não formando um único paradigma; fato que ocorre em Hup (Nadahup), por exemplo, na qual os comportamentos diferentes dos evidenciais se devem às suas etimologias diferentes.

A evidencialidade tem ao menos duas grandes funções no discurso. Por um lado, permite aos falantes transmitir o seu grau de compromisso com a veracidade do que eles afirmam (cf. Hill e Irvine 1993; Aikhenvald 2004; Michael 2008). Por outro, como propõe Michael (2008), os evidenciais servem também para mitigar a responsabilidade do falante por um determinado acontecimento, isto é, o falante pode usar o evidencial para indicar se ele esteve presente quando o acontecimento ocorreu. Essas funções sublinham o estreito vínculo que há entre a presença de evidenciais na gramática e as convenções e expectativas culturais que condicionam a competência comunicativa. A forte importância discursiva da evidencialidade faz com que as línguas estejam predispostas ao empréstimo dessa categoria em situações de contato, e o fato de que a evidencialidade seja tão comum na Amazônia (e.g., Aikhenvald e Dixon 1999; Epps 2005) sugere que “uma preocupação com questões epistemológicas é um traço cultural areal” (Beier et al. 2002: 133).

6. O ALINHAMENTO

O termo “alinhamento” designa o conjunto de recursos que as línguas utilizam para identificar o papel dos participantes na proposição.

Por uma questão de economia, os sistemas em que cada tipo de participante é marcado de maneira diferente são relativamente raros: a maioria das línguas contrasta apenas duas categorias para distinguir os seus argumentos “diretos” (sujeito e objeto direto). Quando o sujeito de um predicado intransitivo é tratado da mesma maneira que o argumento mais agente de um verbo transitivo, temos um sistema com alinhamento “nominativo-acusativo” ou simplesmente “acusativo”; quando o sujeito de um predicado intransitivo é tratado como o argumento menos agente de um verbo transitivo, temos um sistema com alinhamento “ergativo-absolutivo” ou “ergativo”. Para uma visão panorâmica, remetemos o leitor a Comrie (1978) e Dixon (1994).

O alinhamento ergativo, proporcionalmente menos comum nas línguas do mundo (cf. Comrie 2005b, 2005c, Siewierska 2005), é bastante frequente na Amazônia, encontrando-se nas famílias Karib, Arawak, Tupi, Macro-Jê, Nadahup, Pano, Záparo, Yagua, Yanomami, Trumai, Takana e Katukina-Kanamari, entre outras. O tema da ergatividade tem tido um certo protagonismo no estudo das línguas amazônicas desde há pelo menos duas décadas. No entanto, existem muitos problemas ainda não resolvidos ligados à ergatividade, ao mesmo tempo em que se conhecem dados instigantes de línguas antes pouco conhecidas.

Um traço notável das línguas amazônicas, particularmente, mas não exclusivamente, das línguas das famílias Arawak e Tupi-Guarani, é um alinhamento misto, que com frequência tem sido considerado como sendo um terceiro tipo de alinhamento básico: o alinhamento ativo-estativo (cf. Klimov 1974; para as línguas Tupi-Guarani, ver Seki 1976, 1990, 2000; Leite 1990, Leite e Damaso 1991). Nestas línguas, os sujeitos dos verbos intransitivos formam uma classe com os “agentes” quando o verbo tem uma semântica ativa, e com os “pacientes” quando o verbo tem semântica estativa. A nosso ver, ainda há muitos avanços a se fazer na descrição dos fatores semânticos e morfossintáticos que subjazem ao alinhamento ativo-estativo.

Uma grande questão teórica, ainda não respondida, é se o contraste entre os verbos chamados “inacusativos” e “inergativos”, em algumas línguas mais bem conhecidas, poderia ser assimilado ao contraste morfológico que se encontra nas línguas com alinhamento ativo-estativo. Em qualquer caso, um rótulo semântico como “ativo-estativo” parece inadequado para um sistema de alinhamento plenamente gramaticalizado. Nas línguas Jê, por exemplo, o alinhamento parece depender diretamente da classe morfológica do predicado, e não diretamente de sua semântica (cf. Salanova 2007a para o Mëbengokre). Uma ideia similar tem sido debatida respeito às línguas da família Tupi-Guarani (cf. Meira 2006).

Em muitas línguas da família Tupi-Guarani e de famílias geograficamente próximas na região do Chaco, o alinhamento ativo-estativo coexiste com efeitos de hierarquia de pessoa (Silverstein 1976). A interação entre esses dois fenômenos é sumamente interessante e apresenta variantes de uma língua a outra que não têm sido ainda plenamente descritas. Existem línguas em que os efeitos de hierarquia têm sido descritos como puramente morfológicos (e.g., o Kadiwéu, segundo Nevins e Sandalo 2011), enquanto que em outras o efeito desencadeia uma inversão sintática (e.g., em Chorote, segundo Carol e Salanova, em preparação). Os efeitos de hierarquia de pessoa ocorrem também, porém de maneira limitada, nas línguas da família Jê, assim como na família Karib, entre outras.³

Os padrões de cisão de ergatividade encontrados nas línguas da Amazônia contradizem muitas das generalizações tipológicas anteriores (algo que já apontam Dixon 1994, Dixon e Aikhenvald 1999:1). Em particular, a incidência de ergatividade sintática, considerada extremamente rara em todos os sobrevoos da ergatividade, é relativamente alta nas línguas da Amazônia (ver Gildea e Queixalós 2010). A seguir, apresentamos de maneira muito sintética o que se sabe sobre as cisões de alinhamento, e apontamos alguns lugares nos quais as línguas amazônicas parecem contradizê-lo. Para um tratamento bastante detalhado do assunto, ver Gildea (2004) e Gildea e Queixalós (2010).

Em línguas em que o alinhamento ergativo-absolutivo coexiste com o alinhamento nominativo-acusativo, a “cisão” entre os dois sistemas situa-se com frequência no contraste entre diferentes aspectos verbais ou entre classes semânticas de sintagmas nominais. A tendência nas cisões baseadas no aspecto é de o alinhamento ergativo-absolutivo estar associado ao tempo passado e ao aspecto perfectivo, enquanto que o alinhamento nominativo-acusativo está associado normalmente ao tempo presente ou futuro e ao aspecto imperfectivo. Nas línguas que têm cisões baseadas na semântica dos sintagmas nominais, o alinhamento ergativo-absolutivo está associado a orações com participantes menos tópicos ou definidos, de terceira pessoa, enquanto que o alinhamento nominativo-acusativo está associado a sintagmas nominais mais tópicos ou definidos, ou de primeira ou segunda pessoa.

À primeira vista, as línguas amazônicas apresentam várias exceções a tais generalizações. No primeiro conjunto de exemplos, do Kĩsêdjê (Jê; Santos 1997), os pronomes (no exemplo, o de primeira pessoa) seguem um alinhamento ergativo-absolutivo, enquanto que os sintagmas nominais não pronominais seguem um alinhamento nominativo-acusativo, contradizendo a generalização sobre as cisões baseadas na semântica dos sintagmas nominais:

³ Agradecemos a Bruna Franchetto (MN/UFRJ) por uma visão panorâmica dos fenômenos de hierarquia de pessoa e alinhamento nas línguas Karib.

- (7) a. *rotxi ra mĩtxi pĩrĩ kere*
 sucuri NOMI jacaré matar NEG
 ‘A sucuri não matou o jacaré.’
- b. *mẽ ra ngere mã*
 gente NOM dança PROSP
 ‘As pessoas vão dançar.’
- c. *i-ngere mã*
 1-dançar PROSP
 ‘Vou dançar.’
- d. *i-re a-kaken kere*
 1-ERG 2-coçar NEG
 ‘Não te cocei.’

Em Mëbengokre (Jê; Salanova 2007a), o alinhamento ergativo-absolutivo se usa no aspecto genérico e para o futuro imediato, enquanto que o alinhamento nominativo-acusativo ocorre em frases com aspecto perfectivo:

- (8) a. *ba nẽ ba kruwa nhimrô*
 eu NFUT eu flecha apontar
 ‘Apontei a flecha.’
- b. *i-je kruwa nhimrônh*
 1-erg flecha apontar.GEN
 ‘Eu costume apontar flechas.’

Casos como esses, que são típicos na Amazônia (ver tb. as cisões baseadas no tempo e aspectos nas línguas Karib, descritas em Franchetto 1990 e Gildea 1998) mostram que os fatores semânticos ou pragmáticos, que são centrais à discussão das cisões de alinhamento em Dixon (1994) e trabalhos anteriores, são insuficientes para explicar o que acontece. Ao menos duas maneiras de transcender esse ponto de vista tradicional têm despontado em pesquisas recentes: por um lado, uma visão em que as particularidades do alinhamento se explicam por processos históricos que seguem sua própria lógica, mesmo que sejam influenciados diretamente por fatores semânticos ou pragmáticos (ver Gildea e Queixalós 2010); por outro, uma visão em que as cisões se explicam dentro da lógica do sistema gramatical, sem considerações funcionais (cf. Coon 2012). Para uma análise das línguas Jê a partir destas duas perspectivas, cf. Alves (2010) e Salanova (2007a, 2008), respectivamente.

7. PARTICULARIDADES DA ORDEM DE CONSTITUINTES

A questão da ordem de constituintes, considerado um dos aspectos fundamentais na descrição de uma língua, apresenta, em algumas línguas do sul da Amazônia e do Chaco, certas particularidades que só vieram à luz em tempos recentes.

Storto (1999, no prelo) descreve o Karitiana (Tupi) como uma língua em que os verbos ocupam a segunda posição nas orações principais e a posição final em orações subordinadas. Uma descrição similar tem sido proposta por Bonfim Duarte (2009) para o Tenetehára (Tupi-Guarani). Isto assemelharia essas línguas Tupi-Guarani a algumas línguas Germânicas e Indo-Árias, nas quais há um contraste entre posição do verbo ou auxiliar flexionado em uma oração principal e sua posição em uma oração subordinada, simultaneamente com um contraste entre a posição da forma flexionada e da forma não finita do verbo léxico em uma oração matriz.

Sem entrar nos detalhes dessa análise, apontamos que são várias as línguas da região amazônica e do Chaco em que a ordem é complemento-núcleo na maioria dos casos, mas núcleo-complemento em situações específicas. Em Panará (Jê, Dourado 2001), por exemplo, a ordem predominante é complemento-objeto, como em todas as línguas Jê, mas nas orações principais o verbo costuma vir antes do objeto.

Em certas línguas do Chaco, contíguas à região amazônica, a ordem varia entre complemento-núcleo e núcleo-complemento dependendo de diversos fatores. Em Chorote (Mataguayo; Carol 2011), a ordem depende da complexidade morfossintática do complemento. Algo similar ocorre nos aplicativos/adposições do Panará (cf. Carol e Salanova 2012). Em Kadiwéu (Sandaló 1995), a liberdade na ordem entre o complemento e o verbo depende da presença ou ausência de um prefixo verbal, em quanto que em Bororo (Nonato 2008), a posição do verbo na oração principal depende de sua transitividade.

O surgimento destas novas descrições representa um grande avanço em relação à tipologia de ordem de palavras, e mesmo da dicotomia tradicional entre “ordem fixa” e “ordem livre”, que se encontra com frequência em descrições mais antigas. Imaginamos que resta ainda muito a ser descoberto sobre os fatores gramaticais que condicionam a ordem de constituintes, em particular nas línguas que anteriormente foram descritas como sendo de ordem livre.

8.A SUBORDINAÇÃO E SUAS ALTERNATIVAS

Tem sido observado em vários lugares (Campbell e Grondona 2012, Beier et al. 2002) que nas línguas amazônicas a subordinação de orações finitas é relativamente rara. Este é um fato empírico inegável. Em primeiro lugar, a nominalização de orações toma em grande medida o lugar da subordinação de orações finitas (van Gijn et al. 2011). Uma questão ainda pouco pesquisada é se estas nominalizações podem preencher toda a gama de funções preenchidas pela subordinação de orações finitas.

Em segundo lugar, muitas línguas da Amazônia dispõem de uma série de dispositivos para “deslocar” o ponto de vista de uma proposição, entre os quais se destaca a evidencialidade, que permite que prescindam de construções com subordinação em muitos casos em que estas seriam exigidas nas línguas europeias. Por exemplo, no lugar de subordinar proposições a verbos de atitude ou de percepção (“eu acho que”, “parece que”), como faria o Português, uma língua pode escolher utilizar uma marca evidencial que diria de que maneira a informação da proposição foi obtida. De fato, com muita frequência o deslocamento que em Português só pode se expressar mediante subordinação, nestas línguas se expressa de forma obrigatória nos marcadores de evidencialidade. Isto é similar ao modo como o deslocamento temporal se expressa de forma obrigatória na morfologia de tempo na maioria das línguas europeias.

Em terceiro lugar, como notam Beier et al. (2002: 134), as línguas amazônicas tendem a expressar os estados mentais das pessoas, citando de maneira direta o que elas dizem, e não mediante subordinação no sentido estrito. Finalmente, muitas línguas amazônicas expressam construções desiderativas ou potenciais (*X quer/pode/sabe fazer Y*), mediante morfologia verbal, e não com subordinação.

Uma consequência do dito acima é que não é possível concluir, a partir da raridade da subordinação de orações finitas, que não há dispositivos para o deslocamento, contra o que propõe, por exemplo, Everett (2005). No entanto, é verdade que os mecanismos habituais do deslocamento podem falhar se tentarmos deslocar dentro de uma proposição que já sofreu deslocamento, isto é, se tentarmos aplicar o deslocamento de maneira recursiva. Um exemplo disto poderia ser “João deduziu que Pedro ouviu que uma onça rugia no mato”. Supondo que “deduzir” e “ouvir” correspondem a marcas de evidencialidade e que, portanto, não são em si problemáticas, resta a dúvida quanto a estas marcas poderem se combinar de maneira recursiva em uma língua na qual elas não são verbos que tomam complementos proposicionais, senão partículas que ocorrem em uma posição fixa da proposição.

Até onde sabemos, essa questão não tem sido pesquisada de forma ativa nas línguas amazônicas. De um certo ponto de vista, trata-se de uma questão relativamente trivial, como perguntarnos o que acontece quando tentamos combinar tempos diferentes de maneira recursiva em línguas em que o tempo é um morfema obrigatório. Neste caso, se examinarmos as línguas mais conhecidas, descobriremos que algumas têm encontrado uma solução semirrecursiva (o tempo mais-que-perfeito), enquanto que outras não gramaticalizaram nenhuma solução particular para esse problema e o resolvem discursivamente, nas poucas ocasiões em que ele se apresenta.

De fato, as “soluções discursivas” ao encaixamento recursivo são um tema de pesquisa extremamente promissor: não podemos concluir que pelo fato de uma construção não exibir marcas de subordinação sintática, ela não poderia resultar em uma proposição com uma multiplicidade de deslocamentos recursivos. Tomemos o exemplo seguinte:

- a. Na minha cabeça, ele o diz.
- b. Ele diz: “Os Pirahã tentam dizer isso na língua deles, mas não conseguem”.

Ora, um trecho de discurso como este, sem subordinação de orações finitas na sintaxe, não é uma má tradução de “Eu acho que ele diria que os Pirahã não poderiam dizer isso na língua deles.”

A conclusão é que uma proposição pode consistir de uma série de deslocamentos em um nível conceitual, mas isto não impede que ela se expresse sem nenhuma subordinação sintática aparente. De fato, Everett (2012), contradizendo sua posição anterior, admite essa possibilidade.

Há casos em que as estruturas paratáticas têm, de maneira sistemática, uma interpretação subordinada. Em Mëbengokre, por exemplo, há uma construção de duas orações seguidas, sem marcas de subordinação ou coordenação, que expressa sempre uma relação de propósito entre a primeira e a segunda oração:

- (9) [Kajti imã kàx ngã] [ba o kruwa nhimrô]
 Kajti a-mim faca dar eu com flecha apontar
 “Kajti me deu uma faca para eu apontar flechas.”

A pesquisa da interpretação das construções paratáticas e da possibilidade de combiná-las de maneira recursiva promete revelar-nos muito sobre o funcionamento da sintaxe e do discurso das línguas amazônicas.

9. GRAMÁTICA, DISCURSO E CULTURA

Como observa Sherzer (1987), o discurso é o vínculo entre a língua e a cultura, o lugar tanto de sua continuidade quanto da inovação. A gramática “proporciona uma série de possibilidades [...] realizadas no discurso”, que é, por sua vez, “uma personificação, um filtro, um criador e recriador, e um transmissor da cultura” (Sherzer 1987: 306; cf. tb. Urban 1991). Ao mesmo tempo, o conjunto de práticas culturais que constituem o discurso guia tanto a transmissão de estruturas gramaticais quanto o aparecimento de novas estruturas com o passar do tempo.

Beier et al. (2002) enumeram várias práticas discursivas amplamente difundidas entre os povos amazônicos que incluem o uso maciço do diálogo, desde a encenação de diálogos altamente ritualizados até o “eco” dos ouvintes que acompanham as narrativas: o choro ritual e certas formas especiais, ou rituais da língua. Muitas destas práticas obtêm seu sentido cultural e o seu efeito artístico de certos elementos gramaticais, lexicais e discursivos das línguas em que elas ocorrem.

Os ideofones são um exemplo de um recurso linguístico que se encontra com frequência nas narrativas em línguas amazônicas. Na maioria dos casos, essas formas conformam uma categoria lexical distinta das demais, com estruturas silábicas ou segmentos fonéticos que não se encontram em outros lexemas, e com propriedades morfológicas diferentes.

Os ideofones com frequência representam sons, mas podem também representar movimentos ou sensações. Como “o sucedâneo linguístico mais próximo de um ato físico, não verbal” (Kunene 2001: 183), os ideofones conferem uma concretude sensorial e emotiva à narrativa, como no exemplo seguinte do Hup (Nadahup):

- (10) *wídídídí,* *póʔah-an,* *kək-d’əh-hám-ãp,* *wídídídí*
 IDEO rio.acima-DIR empurrar-mandar-ir-DEP IDEO
 ‘[som de puxar], rio acima, ele foi arrastando eles, [som de puxar]...’

Várias práticas discursivas da Amazônia dependem de modificações na língua respeito da linguagem corriqueira usada no dia a dia. Isto é particularmente notável em vários gêneros linguísticos utilizados pelos pajés e em situações rituais. As modificações afetam o léxico, a fonologia e mesmo a morfossintaxe. Dentre as particularidades lexicais contam-se o uso de arcaísmos, empréstimos, substituições metafóricas, etc. Na fala ritualizada dos Yagua, por exemplo, a palavra “anta” é substituída por “tambor”, em referência ao som dos passos desse animal, e “queixada” é substituída por “buriti”, já que o animal se alimenta desse

com um arquétipo. Esses operadores costumam expressar quatro valores, que são aproximadamente “híper-” ou “exagerado”, “exato, verdadeiro”, “similar a” e “diferente de”. Em Yawalapiti, por exemplo, a palavra *úi* “cobra”, pode ocorrer com qualquer um dos quatro operadores, produzindo os sentidos seguintes: *úi-tyumã* “espíritos de cobra” (*-tyumã/kumã* “sobrenatural, híper-, exagerado”), *úi-rúru* “cobras ‘verdadeiras’, peçonhentas” (*-rúru* “verdadeiro, genuíno, melhor”), *úi-mína* “animais parecidos com cobras” (*-mína* “similar a, que tem as propriedades de”), *úi-malú* “cobras não peçonhentas” (*-malú* “ruim, sem valor, que não satisfaz”); Viveiros de Castro 2002: 28-29). Novamente, a recorrência de sistemas similares de operadores ontológicos em várias línguas amazônicas de famílias linguísticas diferentes não pode ser um acaso: sem dúvida, essa recorrência está associada a normas discursivas e perspectivas culturais compartilhadas.

10. HISTÓRIA E RELAÇÕES ENTRE AS LÍNGUAS

A região amazônica é notável pela diversidade extrema das línguas ali faladas, e ainda estamos longe de ter uma compreensão das relações históricas e de contato, entre essas línguas.

A linguística histórica baseia-se no método comparativo para estabelecer as relações “genealógicas” ou “genéticas” entre as línguas, e para identificar as mudanças no léxico, nos sistemas fonológicos e nas estruturas gramaticais que têm ocorrido ao longo dos séculos (cf. Campbell 2004, Hock 1991). A pedra angular do método comparativo é identificar as correspondências regulares, em particular entre sons de línguas diferentes. Essas correspondências permitem identificar palavras cognatas. Os melhores candidatos a cognatos são os pronomes, os morfemas “presos” e o vocabulário básico, isto é, lexemas que representam conceitos que têm uma certa independência do contexto cultural e histórico, como as partes do corpo ou entidades da natureza, tais como “sol” ou “chuva”. Devido a mudanças que se acumulam no tempo, em um dado momento elas escondem as correspondências entre cognatos e, em consequência disso, é difícil encontrar evidências de relações genéticas de uma antiguidade posterior a uns oito milênios. Outras metodologias para se determinar as relações genéticas têm sido propostas, mas nenhuma é considerada confiável na atualidade. A mais conhecida destas novas metodologias é a de Greenberg (1987), que propõe uma única macrofamília (“Ameríndia”) para todas as línguas da América do sul, central, e da maior parte da América do Norte. Poucos linguistas aceitam a proposta de Greenberg. Mesmo que poucos duvidem que algumas ou, se calhar, todas as línguas da Amazônia têm uma relação distante, ainda não existem evidências para se estabelecer essa relação.

Um dos grandes desafios para se compreender a classificação das línguas amazônicas tem sido, em muitos casos, a ausência de dados descritivos confiáveis e completos. Na medida em que bons estudos descritivos vão aparecendo, o nosso conhecimento sobre as relações entre línguas é aumentado. Em alguns casos, línguas supostamente isoladas têm sido reclassificadas dentro de famílias linguísticas maiores, como no caso do Harakmbet (também chamado Amaraakaeri, língua do Peru anteriormente considerada isolada), que foi recentemente classificada dentro da pequena família Katukina (Adelaar 2000). Em outros casos, no entanto, novas informações levam a dividir famílias linguísticas hipotéticas, cuja composição estava baseada em informações incompletas. Por exemplo, a família Makú,

ou Makú-Puinave, agrupava seis ou sete línguas do noroeste da Amazônia: Hup, Yuhup, Nadëb, Kakua, Nukak e, segundo algumas classificações (e.g., Martins e Martins 1999, Loukotka 1968, Campbell 1997), também o Puinave. Essa classificação estava baseada em umas poucas listas de palavras tomadas por antigos visitantes à região (Koch-Grünberg 1906, Rivet e Tastevin 1920) que apresentam uma série de problemas metodológicos (apreciações impressionistas sobre a similaridade dos vocábulos, nenhum esforço por considerar o vocabulário básico ou identificar correspondências regulares, etc.). O trabalho sobre as línguas Nadahup (Hup, Yuhup, Dâw e Nadëb), boa parte do qual só tem aparecido nos últimos dez anos, estabeleceu de maneira clara a relação entre essas línguas (cf. Martins 2005), mas a recente investigação sobre o Kakua e Nukak indica que essas duas línguas, apesar de relacionadas entre si, não têm relação provável com a família Nadahup, mesmo tendo certas similaridades estruturais com as línguas dessa família, adquiridas através do contato (cf. Bolaños e Epps 2009). A relação do Puinave com o Kakua e o Nukak está sendo pesquisada atualmente.

A delimitação da maioria das famílias linguísticas da Amazônia é, todavia, menos misteriosa do que as relações internas entre as línguas dentro de cada família (cf. Kaufman 1990, Campbell 1997, Epps 2009). Aqui também encontramos vários desafios metodológicos. Em particular, algumas propostas de classificação interna baseiam-se em porcentagens de vocabulário compartilhado, supostamente cognatos retidos da protolíngua (e.g., Martins e Martins 1999, para o Nadahup/Makú), concluindo-se que aquelas que compartilham menos vocabulário têm uma relação histórica mais distante.

No entanto, a metodologia da linguística histórica aceita somente as inovações compartilhadas como evidência para estabelecer subgrupos dentro de uma família, já que não há garantias de que o vocabulário de uma língua mude a um ritmo constante. Propostas de classificação interna baseadas em porcentagens de cognatos, na proximidade geográfica, ou em outros indicadores, devem ser vistas como hipóteses muito preliminares.

A maioria das propostas de classificação interna das famílias linguísticas da Amazônia encontra-se nesta etapa preliminar. Por exemplo, a classificação do Macro-Jê de Rodrigues (1999: 167-8) é fundamentada principalmente na distribuição geográfica das línguas (cf. Ribeiro e Voort 2010). Facundes (2002: 83-4) mostra as importantes diferenças entre as classificações das línguas Arawak propostas em Aikhenvald (1999a: 67-71) e Payne (1991). Não há consenso sobre qual seria a mais precisa. Existe, inclusive, uma terceira proposta de classificação, sugerida por Ramirez (2001), que apresenta divergências importantes respeito das outras duas; cf. Michael (2009). Dada a ausência de dados sobre muitas das línguas em questão e a imensa diversidade da região amazônica, é possível que passe ainda um certo tempo até termos classificações internas sólidas para a maioria destas famílias linguísticas.

Na medida em que as línguas divergem, as diferenças entre elas aumentam: as mudanças fonológicas se acumulam, o significado dos itens lexicais muda, escondendo o que é similar entre palavras relacionadas; certas distinções gramaticais, tais como a evidencialidade e o tempo verbal, surgem ou se perdem. No entanto, as línguas também podem convergir: a interação entre falantes pode levar ao empréstimo de itens lexicais, e mesmo à adoção de novas estruturas e categorias gramaticais. Em particular, uma situação de multilinguismo por um período prolongado pode levar à reestruturação da gramática de uma língua para se adequar ao modelo de outra, mesmo se cada uma mantiver grande parte de seu vocabulário de origem.

Já que as similaridades entre as línguas podem decorrer tanto do contato como de uma origem compartilhada, determinar que tipo de relação existe entre as línguas pode ser um grande desafio. No entanto, as ferramentas metodológicas da linguística histórico-comparativa costumam ser suficientes para fazer a distinção, exceto em casos de verdadeiras “línguas mistas” ou de relações muito distantes no tempo (cf. Campbell e Poser 2008; Dixon 1997). Enquanto que correspondências regulares no vocabulário básico indicam origem comum, similaridades limitadas ao vocabulário não básico (e.g., termos para itens culturais específicos) e a categorias gramaticais são indicadores de um provável contato linguístico.

Certa consideração tem sido dada à possibilidade de que a região amazônica constitua uma área linguística, isto é, uma região na qual as similaridades entre as línguas podem ser atribuídas a contatos entre os seus falantes. Dixon e Aikhenvald (1999: 8-9), por exemplo, enumeram uma série de traços gramaticais muito difundidos nas línguas da Amazônia (ver também Derbyshire e Pullum 1986, Klein 1992). No entanto, muito mais trabalho deve ser realizado para determinar se esses ou outros traços gramaticais são de fato indicadores de algum tipo de relação (que pode ser de contato ou de algum outro tipo) entre as línguas, e se a distribuição desses traços coincide com a região amazônica (cf. Constenla Umaña 1991: 135, D. Payne 1990: 3, Campbell 1997: 348-51, Epps 2009, Viegas Barros 2005).

O contato linguístico é percebido com maior facilidade dentro de regiões mais circunscritas da Amazônia. Um caso bem estabelecido é o da região do Uaupés, uma região altamente multilíngue no noroeste da Amazônia, onde a exogamia linguística (cf. Jackson 1983, Sorensen 1967, entre outros) promoveu uma prática de evitação do empréstimo lexical, já que os falantes resistem à mistura linguística, mas teve como consequência uma grande convergência de categorias e construções gramaticais. Nessa região, as línguas Tukano orientais influenciaram o Tariana (Arawak; Aikhenvald 1999b, 2002), o Hup e o Yuhup (Nadahup; Epps 2007b, 2008b), e o Kakua (Bolaños e Epps 2009); o Baniwa (Arawak) influenciou o Cubeo (Tukano oriental; Gómez-Imbert 1996).

Outra área da Amazônia em que o contato entre línguas levou possivelmente a uma reestruturação gramatical é a região do Guaporé-Mamoré, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia (Crevels e Van der Voort 2008; cf. Muysken et al. 2011). Por outro lado, Seki (1999) mostra que as mudanças produzidas pelo contato linguístico na região do Xingu são poucas, aparentemente porque o grau de multilinguismo dos falantes é relativamente baixo e recente. Em regiões plurilíngues, como o Uaupés e o Xingu, o resultado linguístico do contato entre falantes de línguas diferentes depende em grande medida de normas socioculturais particulares, tais como a exogamia linguística e práticas discursivas que permitem a difusão de estruturas gramaticais (ver Beier et al. 2002).

Os estudos do contato e da mudança linguística podem dizer muito sobre o passado, em particular em regiões como a amazônica, onde o registro histórico e arqueológico é limitado (ver Epps 2009). As relações entre línguas implicam relações entre grupos. As semelhanças e as diferenças linguísticas que se observam levantam uma série de questionamentos: porque a diversidade é maior na periferia da bacia amazônica? Poderia este padrão de diversidade nos dar indícios sobre movimentos migratórios que povoaram o Novo Mundo (Dahl 2006), sobre a difusão de inovações tecnológicas, tais como a agricultura (Clement et al. 2005), ou sobre as origens das famílias linguísticas mais difundidas (e.g. Aikhenvald 1999a: 75)?

11. CONCLUSÕES

Os dez últimos anos presenciaram avanços enormes no nosso conhecimento a respeito das línguas da Amazônia. Uma novidade importante é a publicação de uma série de sínteses gerais sobre as características e a situação dessas línguas, que incluem aquelas mencionadas na introdução, além de Solís Fonseca (2003) para o Peru, e González e Rodríguez (2000) para a Colômbia (cf. tb. Rodrigues 1986, 2006 para o Brasil). Um grande número de novos estudos de excelente qualidade foi publicado nos últimos tempos, muitos deles de autoria de pesquisadores sul-americanos. Seria impossível enumerá-los aqui de maneira equilibrada.⁴ Além destas publicações, o número e atividade dos fóruns de discussão dedicados à linguística amazônica têm crescido exponencialmente. Esses incluem tanto grandes congressos internacionais (Amazônicas, cuja quarta edição ocorreu em Lima, em 2012), novas publicações periódicas, como a revista que o leitor tem em mãos, e fóruns de discussão na Internet (www.etnolingua.org), que mostram que o campo da linguística amazônica está atingindo uma massa crítica.

Como mencionamos em Salanova (2007c), a documentação das línguas mais ameaçadas avançou muito lentamente no passado, já que, por um lado, o trabalho de campo nas regiões mais remotas da Amazônia é de um custo proibitivo para os pesquisadores sul-americanos, e, por outro, o trabalho linguístico dos missionários sempre deu maior atenção às línguas mais faladas, já que essas oferecem acesso a mais almas. O primeiro fator tem sido mitigado em parte por novas fontes internacionais de financiamento que, ao menos em termos relativos, têm sido mais abertas aos pesquisadores situados fora dos países centrais. Todavia, é importante ressaltar que muitas das línguas da região amazônica estão ainda mais ameaçadas de desaparecer hoje em dia do que há dez anos.⁵ O trabalho de documentação de muitas destas línguas ainda é limitado e, como esperamos ter mostrado acima, mesmo o nosso conhecimento das línguas mais bem descritas ainda não é suficiente para responder a algumas das questões teóricas que têm sido levantadas pelo estudo de línguas de outras partes da América ou do mundo.

Os avanços recentes no estudo das línguas amazônicas mostram um amadurecimento do campo da documentação linguística de modo mais geral. Esse processo implica em dar maior importância ao discurso espontâneo, proveniente de uma série de gêneros e contextos diferentes, e enriquecidos por informação etnográfica detalhada. Como dissemos acima, elementos da gramática influenciam e são influenciados pelo discurso. Do mesmo modo, a perspectiva da análise linguística pode contribuir para uma compreensão refinada da cultura e da história dos falantes. Na medida em que o nosso conhecimento das línguas amazônicas avança, esperamos que o diálogo entre linguistas de diversas vertentes teóricas, bem como entre linguistas e pesquisadores de outras disciplinas, também avance.

⁴ Existem várias sínteses bibliográficas da pesquisa sobre línguas sul-americanas, dentre as quais se destaca Fabre (2005), atualizada regularmente.

⁵ Para um relatório recente sobre a situação, ver Moore (2007), Moseley (2010).

REFERÊNCIAS

- ADELAAR, Willem (2000). Propuesta de un nuevo vínculo genético entre dos grupos lingüísticos indígenas de la Amazonía occidental: Harakmbut y Katukina. In Luis Miranda (ed.). *Actas, I Congreso de Lenguas Indígenas de Sudamérica*, tomo II, pp. 219-236. Lima: Universidad Ricardo Palma.
- AIKHENVALD, Alexandra (1999a). The Arawak language family. In R. M. W. Dixon; Alexandra Y. Aikhenvald (eds.). *The Amazonian languages*, pp. 65-106. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1999b). Areal diffusion and language contact in the Içana-Vaupés basin, north-west Amazonia. In R. M. W. Dixon; Alexandra Y. Aikhenvald (eds.). *The Amazonian languages*, pp. 385-416.
- _____. (2000). *Classifiers: A Typology of Noun Categorization Devices*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2002). *Language Contact in Amazonia*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- _____. (2003). *A Grammar of Tariana*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2004). *Evidentiality*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- _____. (2007). Classifiers in multiple environments: Baniwa of Içana/Kurripako – a North Arawak perspective. *International Journal of American Linguistics* 73(4): 475-500.
- _____. (2012). *The languages of the Amazon*. Oxford: Oxford University Press.
- _____; DIXON, R. M. W. (1999). Other small families and isolates. In R. M. W. Dixon; Alexandra Y. Aikhenvald (eds.). *The Amazonian languages*, pp. 341-384.
- ALVES, Flávia de Castro (2010). Evolution of alignment in Timbira. *International Journal of American Linguistics* 76(4): 439-475.
- ANDERSEN, Henning (2005). The plasticity of universal grammar. In Willy Østrem (ed.). *Convergence. Interdisciplinary Communications 2004/2005*, 216. Oslo: Centre for Advanced Studies at the Norwegian Academy of Sciences and Letters.
- BAKER, Mark; TRAVIS, Lisa (1997). Mood as verbal definiteness in a “tenseless” language. *Natural Language Semantics* 5(3): 213-269.
- BALÉE, William (1999). Modes of production and ethnobotanical vocabulary: a controlled comparison of Guajá and Ka’apor. In Ted L. Gragson; Ben G. Blount (eds.). *Ethnoecology: Knowledge, Resources, and Rights*, pp. 24-40. London: University of Georgia Press.
- BARNES, Janet (1984). Evidentials in the Tuyuca verb. *International Journal of American Linguistics* 50(3): 255-71.
- _____. (1999). Tucano. In R. M. W. Dixon, Alexandra Y. Aikhenvald (eds.). *The Amazonian languages*, pp. 207-226.
- BEIER, Christine; MICHAEL, Lev; SHERZER, Joel (2002). Discourse forms and processes in indigenous lowland South America: an areal-typological perspective. *Annual Review of Anthropology* 31: 121-145.
- BOLAÑOS, Katherine; EPPS, Patience (2009). Linguistic classification of Kakua, a language of northwest Amazonia. Trabalho apresentado no CILLA IV, University of Texas at Austin.
- BRIGGS, Charles L. (1996). The meaning of nonsense, the poetics of embodiment, and the production of power in Warao healing. In Carol Laderman; Marina Roseman (eds.). *The Performance of Healing*, pp. 185-232. New York: Routledge.
- BYBEE, Joan (2000). Lexicalization of sound change and alternating environments. In Michael D. Broy; Janet B. Pierrehumbert (eds.). *Papers in Laboratory Phonology V. Acquisition and the Lexicon*, pp. 250-268. Cambridge: Cambridge University Press.

- CABRAL, Ana Suelly; RODRIGUES, Aryon (eds.) (2002). *Atas do I Encontro internacional do grupo de trabalho sobre línguas indígenas da ANPOLL*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará.
- _____.(eds.) (2007). *Línguas e culturas Tupi*. Campinas: Editora Curt Nimuendajú.
- CAMPBELL, Lyle (1997). *American Indian Languages: The Historical Linguistics of Native America*. Oxford: Oxford University Press.
- _____.(2004). *Historical Linguistics: An Introduction* (2nd edition). Cambridge, MA: MIT Press.
- _____.(2012). Typological characteristics of South American indigenous languages. In Lyle Campbell; Verónica Grondona (eds.). *The indigenous languages of the South America: a comprehensive guide*, vol. 2, pp. 259-330. Berlin: Mouton de Gruyter.
- _____. POSER, William J. (2008). *Language Classification: History and Method*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CAROL, Javier (2011). *Lengua chorote (mataguayo): estudio descriptivo*. Tese de Doutorado. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires.
- _____.; SALANOVA, Andrés Pablo (2012). On pseudo-applicatives. *Cahiers Linguistiques d'Ottawa* 37.
- _____.; (em preparação). Person hierarchies trigger syntactic inversion. Comunicação apresentada no 54^o Congresso Internacional de Americanistas. Viena. A aparecer em número especial de Anthropological Linguistics.
- CERVANTES GAMBOA, Laura (2003). *Sounds like music: ritual speech events among the Bribri Indians of Costa Rica*. Tese de doutorado. Texas: University of Texas at Austin.
- CHAUMEIL, Jean-Pierre (1993). Des esprits aux ancêtres: procédés linguistiques, conceptions du langage et de la société chez les Yagua de l'Amazonie péruvienne. *L'homme* 126-128: 409-427.
- CLEMENT, C. R.; BERNAL, R.; Montes Rodrigues, M. E.; Marmolejo, D. (2005). Origin and diffusion of Neotropical crops: interactions among linguistics, ethnobotany, archaeology and genetics. International Symposium on Historical Linguistics in South America, Univ. Fed. Pará e Museu Paraense Emílio Goeldi. *Livro de Resumos*, pp. 63-64.
- COMRIE, Bernard (1978). Ergativity. In Winfred P. Lehmann (ed.). *Syntactic typology: Studies in the Phenomenology of Language*, pp. 329-394. Austin: University of Texas Press.
- _____.(2005a) Endangered numeral systems. In Jan Wohlgemuth; Tyko Dirksmeyer (ed.). *Bedrohte Vielfalt: Aspekte des Sprach(en)tods*, pp. 203-230. Berlin: Weissensee Verlag.
- _____.(2005b). Alignment of case marking of full noun phrases. In Martin Haspelmath; Matthew S. Dryer; David Gil; Bernard Comrie (eds.). *The World Atlas of Language Structures Online*. Munich: Max Planck Digital Library, capítulo 98. Disponível em <http://wals.info/feature/98>.
- _____.(2005c). Alignment of case marking of pronouns. In Martin Haspelmath; Matthew S. Dryer; David Gil; Bernard Comrie (eds.). *The World Atlas of Language Structures Online*. Munich: Max Planck Digital Library, capítulo 99. Disponível em <http://wals.info/feature/99>.
- CONSTENLA UMAÑA, Adolfo (1991). *Las lenguas del área intermedia: Introducción a su estudio areal*. San José, C. R.: Editorial de la Universidad de Costa Rica.
- COON, Jessica (2012). *TAM Split Ergativity*. Disponível em <http://ling.auf.net/lingBuzz/001457>
- CORBETT, Greville (2006). *Agreement*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CORBERA MORI, Ángel H. (2010). Lenguas del Brasil: algunos aspectos morfosintácticos. In Marisa Censabella; Raúl González (compiladores). *II Encuentro de Lenguas Indígenas Americanas/II Simposio Internacional de Lingüística Amerindia (ALFAL)*, pp. 1-20. Buenos Aires: CONICET.

- CREVELS, Mily (2006). Verbal number in Itonama. In Grazyna J. Rowicka; Eithne B. Carlin (eds.). *What's in verb? Studies in the verbal morphology of the languages of the Americas*, pp. 159-170. Utrecht, The Netherlands: LOT Publications.
- _____; KERKE, Simon van de; MEIRA, Sérgio; VOORT, Hein van der (eds.). 2002. *Current studies on South American languages*. Research School of Asian, African, and Amerindian Studies (CNWS), Leiden University.
- _____; VOORT, Hein van der (2008). The Guaporé-Mamoré region as a linguistic area. In Pieter Muysken (ed.). *From Linguistic Areas to Areal Linguistics*, pp. 151-179. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- D'Angelis, Wilmar da Rocha (2004). Concordância verbal de número em Kaingáng: algumas pistas. *LIAMES* 4:71-81.
- DAHL, Östen (2006). *The distribution of language isolates and possible initial immigration pathways in South America*. Stockholm University. Ms.
- DESBYSHIRE, Desmond (1999). Carib. In R. M. W. Dixon; Alexandra Y. Aikhenvald (eds.). *The Amazonian Languages*, pp. 23-64. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____; Pullum, Geoffrey K. (1986). Introduction. In ____; PULLUM, Geoffrey K. (eds.). *Handbook of Amazonian Languages*, vol. 1, pp. 1-28. Berlin: Mouton de Gruyter.
- DESHAYES, Patrick; KEIFENHEIM, Barbara (1994). *Penser l'autre chez les indiens Huni Kuin de l'Amazonie*. Paris: L'Harmattan.
- DIXON, R. M. W. (1982). *Where Have All the Adjectives Gone? And Other Essays on Semantics and Syntax*. The Hague: Mouton.
- _____.(1994). *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____.(1997). *The Rise and Fall of Languages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____; AIKHENVALD, Alexandra Y. (eds.) (1999a). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____.(1999b). Arawá. In ____; Alexandra Y. Aikhenvald (eds.). *The Amazonian languages*, pp. 293-306.
- _____. [com a colaboração de VOGEL, Alan R.] (2004). *The Jarawara Language of Southern Amazonia*. Oxford: Oxford University Press.
- DOURADO, Luciana (2001). *Aspectos morfossintáticos da língua Panará (Jê)*. Tese de Doutorado em Linguística. Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas.
- DUARTE, Fábio Bonfim (ed.). 2007. *Cisão de caso, telicidade e posse em línguas indígenas brasileiras*. Belo Horizonte: FALE/UFMG.
- _____.(2009). *Estudos de morfossintaxe Tenetehára*. Belo Horizonte: FALE/UFMG.
- DU BOIS, John W. (1987). The discourse basis of ergativity. *Language* 63(4): 805-855.
- EPPS, Patience (2005). Areal diffusion and the development of evidentiality: Evidence from Hup. *Studies in Language* 29(3): 617-650.
- _____.(2006). Growing a numeral system: The historical development of numerals in an Amazonian language family. *Diachronica* 23(2): 259-288.
- _____.(2007a). Birth of a noun classification system: the case of Hup. In Leo Wetzels (ed.). *Language Endangerment and Endangered Languages: Linguistic and Anthropological Studies with Special Emphasis on the Languages and Cultures of the Andean-Amazonian Border Area*, pp. 107-128. Leiden: The Research School of Asian, African, and Amerindian Studies (CNWS).
- _____.(2007b). The Vaupés melting pot: Tukanoan influence on Hup. In Alexandra Y. Aikhenvald; R. M. W. Dixon (eds.). *Grammars in Contact: A Cross-linguistic Typology*, pp. 267-289. Oxford: Oxford University Press.

- _____.(2008a). *A Grammar of Hup*. (Mouton Grammar Library 43.) Berlin: Mouton de Gruyter.
- _____.(2008b). Grammatical borrowing in Hup. In Yaron Matras; Jeanette Sakel (eds.). *Grammatical Borrowing: A Cross-linguistic Survey*, pp. 551-556. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- _____.(2009). Language classification, language contact, and Amazonian prehistory. *Language and Linguistics Compass* 3(2):581-606.
- _____.(No prelo). Language and subsistence patterns in the Amazonian Vaupés. In Tom Güldemann; Richard Rhodes; Patrick McConvell (eds.). *The Languages of Hunter-gatherers: Global and Historical Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____; BOWERN, Claire; HANSEN, Cynthia; HILL, Jane; ZENTZ, Jason (2012). On numeral complexity in hunter-gatherer languages. *Linguistic Typology* 16(1): 41-109.
- _____; HANSEN, Cynthia (em preparação). *Amazonian numeral systems: Language contact, language change, and socio-economic parameters*. [Apresentado no Workshop on Dynamics of Hunter-Gatherer Language Change University of Texas at Austin].
- EVANS, Nicholas (2003). Context, culture, and structuration in the languages of Australia. *Annual Review of Anthropology* 32: 13-40.
- _____; DENCH, Alan (2006). Introduction: Catching language. In Felix Ameka; Alan Dench; Nicholas Evans (eds.). *Catching Language: The Standing Challenge of Grammar Writing*, pp. 1-41. Berlin, New York: Mouton de Gruyter.
- EVERETT, Caleb (2010). A Survey of Contemporary Research on Amazonian Languages. *Language and Linguistics Compass* 4(5): 319–336.
- EVERETT, Daniel (2005). Cultural constraints on grammar and cognition in Pirahã: another look at the design features of human language. *Current Anthropology* 46(4): 621-646.
- _____.(2009). Pirahã culture and grammar: a response to some criticisms. *Language* 85(2): 405-442.
- _____.(2012). *Language the cultural tool*. New York: Pantheon Books.
- _____; KERN, Barbara (1997). *Wari': The Pacaas-Novos language of western Brazil*. London: Routledge.
- FABRE, Alain (2005). *Diccionario etnolingüístico y guía bibliográfica de los pueblos indígenas sudamericanos*. München: Lincom Europa. [Atualização periódica na página web do autor] <http://butler.cc.tut.fi/~fabre/BookInternetVersio/Alkusivu.html>
- FACUNDES, Sidney da Silva (2000). *The Language of the Apurinã People of Brazil*. Ph.D. Dissertation. University of New York at Buffalo.
- _____.(2002). Historical linguistics and its contribution to improving the knowledge of Arawak. In Jonathan D. Hill; Fernando Santos-Granero (eds.). *Comparative Arawakan histories: rethinking language family and cultural area in Amazonia*, pp. 74-98. Urbana e Chicago: University of Illinois Press.
- FINLEY, Greg (2008). *Ritual and shamanic language in Greater Amazonia*. Plan II honor's thesis. University of Texas at Austin.
- FLECK, David (2003). *A grammar of Matses*. Ph.D. Dissertation. Rice University.
- FRANCHETTO, Bruna (1990). Ergativity and nominativity in Kuikuro and other Carib languages. In Doris L. Payne (ed.). *Amazonian linguistics: studies in lowland South American languages*, pp. 407-428. Austin: University of Texas Press.
- _____.(2006). Ethnography in language documentation. In Jost Gippert; Nickolaus P. Himmelmann; Ulrike Mosel (eds.). *Essentials of Language Documentation*, pp. 183-212. Berlin: Mouton de Gruyter.
- _____.(2008). Absolutivo e ergativo pensados a partir do Kuikuro. *Amerindia. Revue d'ethnolinguistique amérindienne* 32: 37-56.
- _____; MEIRA, Sergio (2007). On semantics and hermeneutics: the case of the hunt for ontological operators. Abstract, *Workshop on Language Typology and Language Documentation*, Paris, France.

- FRANK, Michael C.; EVERETT, Daniel L.; FEDORENKO, Evelina; GIBSON, Edward. (2008). Number as a cognitive technology: Evidence from Pirahã language and cognition. *Cognition* 108(3): 819-824.
- GABAS Jr., Nilson (1999). *A Grammar of Karo, Tupi (Brazil)*. Tese de Doutorado. University of California, Santa Barbara.
- GALÚCIO, Ana Vilacy (2001). *The morphosyntax of Mekens*. Tese de Doutorado. University of Chicago.
- GILDEA, Spike (1992). *Comparative cariban morphosyntax: on the genesis of ergativity in independent clauses*. Ph. D. Dissertation. University of Oregon.
- _____. (1998). *On reconstructing grammar: Comparative Cariban morphosyntax*. New York e Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2004). Are there universal cognitive motivations for ergativity? In Francesc Queixalós (ed.). *L'ergativité en Amazonie*, vol. 2, pp. 1-37. Brasília: CNRS, IRD e LALI, Universidade de Brasília.
- _____; ALVES, Flávia de Castro (2010). Nominative-absolutive: Counter-universal split ergativity in Jê and Cariban. In Spike Gildea, Francesc Queixalós (eds.). *Ergativity in Amazonia*, pp. 159-202. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- _____; QUEIXALÓS, Francesc (eds.). 2010. *Ergativity in Amazonia*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- GIRÓN, Jesús Mario (2008). *Una gramática del Wänsöhöt (Puinave)*. (LOT dissertation series 185). Tese de doutorado. Amsterdam: Vrije Universiteit.
- GIVÓN, T.; YOUNG, Phil (2002). Cooperation and interpersonal manipulation in the society of intimates. In Masayoshi Shibatani (ed.). *The grammar of causation and interpersonal manipulation*, pp. 23-56. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- GÓMEZ-IMBERT, Elsa (1996). When animals become 'rounded' and 'feminine'. Conceptual categories and linguistic classification in a multilingual setting. In John Gumperz; Stephen Levinson (eds.). *Rethinking Linguistic Relativity*, pp. 438-69. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2001). More on the tone versus pitch accent typology: Evidence from Barasana and other Eastern Tukanoan languages. In Shigeki Kaji (ed.). *Cross-Linguistic Studies of tonal phenomena: Tonogenesis, Japanese accentology, and other topics*, pp. 369-412. Tokyo: ILCAA.
- GONZÁLEZ DE PÉREZ, María Stella; RODRÍGUEZ DE MONTES, María Luisa. (eds.) (2000). *Lenguas indígenas de Colombia: una visión descriptiva*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo.
- GOODWIN GÓMEZ, Gale (2000). Noun classifiers in ethnobotanical terminology of a Yanomami language of Brazil. In Hein Van der Voort; Simon van de Kerke *Indigenous Languages of Lowland South America* (Indigenous Languages of Latin America, ILLA 1.), pp. 9-24. Leiden: CNWS.
- GORDON, Peter (2004). *Numeral cognition without words: evidence from Amazonia*. Science Express report, www.scienceexpress.org, August 19, 2004.
- GREEN, Diana (1997). Diferenças entre termos numéricos em algumas línguas indígenas do Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Serie Antropologia*, 13(2): 179-207.
- GREENBERG, Joseph (1987). *Language in the Americas*. Stanford: Stanford University Press.
- GREGORES, Emma; SUÁREZ, Jorge (1968). *A description of colloquial Guarani*. The Hague: Mouton.
- GRINEVALD (Craig), Colette (1998). Language endangerment in South America: a programmatic approach. In Lenore Grenoble; Lindsay Whaley (eds.). *Endangered Languages*, pp. 124-160. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2000). A morphosyntactic typology of classifiers. In Gunter Senft (ed.). *Systems of Nominal Classification*, pp. 50-92. Cambridge: Cambridge University Press.

- _____; Frank Seifart (2004). Noun classes in African and Amazonian languages: Towards a comparison. *Linguistic Typology* 8(2): 243-285.
- GUILLAUME, Antoine (2008). *A Grammar of Cavineña*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- _____; ROSE, Françoise (2010). Sociative causative markers in South-American languages: a possible areal feature. In F. Floricic (ed.). *Essais de Typologie et de Linguistique Générale*, pp. 383-402. Lyon: Presses de l'École Normale Supérieure.
- HALE, Ken. 1992. Language endangerment and the human value of linguistic diversity. *Language* 68(1): 35-42.
- HANSEN, Cynthia; EPPS, Patience (Em preparação). *Etymological transparency in Amazonian numerals*. Ms. University of Texas at Austin.
- HAUDE, Katharina (2006). *A grammar of Movima*. Tese de Doutorado. Radboud Universiteit Nijmegen.
- HECKENBERGER, Michael (2002). Rethinking the Arawakan diaspora: hierarchy, regionality, and the Amazonian formative. In Jonathan D. Hill; Fernando Santos-Granero (eds.). *Comparative Arawakan Histories*, pp. 99-122. Urbana e Chicago: University of Illinois Press.
- HEINE, Bernd (1997). *Cognitive Foundations of Grammar*. New York/Oxford: Oxford University Press.
- HILL, Jane H. (2006). Writing culture in grammar in the Americanist tradition. In Felix Ameka; Alan Dench; Nicholas Evans (eds.). *Catching Language: The Standing Challenge of Grammar Writing*, pp. 609-628. Berlin, New York: Mouton de Gruyter.
- _____; IRVINE, Judith T. (eds.). 1993. *Responsibility and Evidence in Oral Discourse*. Cambridge University Press.
- HILL, Jonathan (1988). The soft and the stiff: Ritual power and mythic meaning in a northern Arawak classifier system. *Anthropologica* 69: 55-77.
- HOCK, Hans Heinrich (1991). *Principles of Historical Linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- HOCKETT, Charles (1960). The origin of speech. *Scientific American* 203: 88-96.
- _____.(1973). *Man's Place in Nature*. New York: McGraw-Hill.
- JACKSON, Jean E. (1983). *The Fish People: Linguistic Exogamy and Tukanoan Identity in Northwest Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KAUFMAN, Terrence (1990). Language history in South America: what we know and how to know more. In Doris L. Payne (ed.). *Amazonian linguistics: studies in lowland South American languages*, pp. 13-73. Austin: University of Texas Press.
- _____.(1994). The native languages of South America. In Christopher Moseley; R. E. Asher (eds.). *Atlas of the world's languages*, pp. 46-76. London: Routledge.
- KLEIN, Harriet Manelis (1992). South American languages. In William Bright (ed.). *International encyclopedia of linguistics* vol. 4, pp. 31-35. New York: Oxford University Press.
- _____; STARK, Louisa (eds.) (1985). *South American Indian Languages: Retrospect and Prospect*. Austin: University of Texas Press.
- KLIMOV, Georgij A. (1974). On the character of languages of active typology. *Linguistics* 131:11-25.
- KOCH-GRÜNBERG, Theodore (1906). Die Indianner-Stämme am oberen Rio Negro und Yapurá und ihre sprachliche Zugehörigkeit. *Zeitschrift für Ethnologie* 38: 167-205.

- KUNENE, Daniel P. (2001). Speaking the act: The ideophone as a linguistic rebel. In F. K. Erhard Voeltz; Christa Kilian-Hatz (eds.). *Ideophones*, pp. 183-191. Amsterdam: John Benjamins.
- LAKOFF, George (1987). *Women, Fire, and Dangerous Things*. Chicago: University of Chicago Press.
- LEHMANN, Christian (2001). Language documentation: A program. In Walter Bisang (ed.). *Aspects of Typology and Universals*, pp. 83-98. Berlin: Akademie Verlag.
- LEITE, Yonne de Freitas (1990). Para uma tipologia ativa do Tapirapé: Os clíticos referenciais de pessoa. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 18: 37-56
- _____; VIEIRA, Márcia Damaso (1991). Atividade e Ergatividade nas línguas da família Tupi-Guarani: problemas de análise. *Anais do V Encontro Nacional da ANPOLL*, vol. 1. pp. 247-255.
- LIMA, Suzi (2010). About the count-mass distinction in Yudja: a description. *Proceedings of WSCLA 15, UBC Working Papers in Linguistics* 29: 157-164.
- LOUTKOTKA, Čestmír (1955). Les Indiens Botocudo et leur langue. *Lingua Posnaniensis* 5:112-135.
- _____.(1968). *Classification of South American Indian Languages*. Los Angeles: Latin American Studies Center, University of California.
- LOWE, Ivan (1999). Nambiquara. In R. M. W. Dixon; Alexandra Y. Aikhenvald (eds.). *The Amazonian Languages*, pp. 269-292.
- LUCY, John A. (1992). *Grammatical Categories and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MALONE, Terrell A. (1988). The origin and development of Tuyuca evidentials. *International Journal of American Linguistics* 54(2): 119-140.
- MANNI, Héctor (2007). Tense in Mocoví: the temporal property of DP. In Amy Rose Deal (ed.). *Proceedings of SULA 4: Semantics of Under-represented Languages of the Americas*. Amherst, MA: GLSA.
- MARTINS, Silvana (2004). *Fonologia e gramática Dâw*. Tese de Doutorado. Vrije Universiteit Amsterdam.
- MARTINS, Valteir (2005). *Reconstrução fonológica do Protomaku Oriental*. Tese de Doutorado. Vrije Universiteit Amsterdam.
- MARTINS, Silvana A.; MARTINS, Valteir (1999). Maku. R. M. W. Dixon; Alexandra Y. Aikhenvald (eds.), pp. 251-268.
- MATISOFF, James A. (2001). Genetic vs. contact relationship: prosodic diffusibility in South-East Asian languages. In Alexandra Y. Aikhenvald; R. M. W. Dixon (eds.) *Areal Diffusion and Genetic Inheritance: problems in comparative linguistics*, pp. 291-327. Oxford: Oxford University Press.
- MEIRA, Sérgio (2006a). Orações relativas em línguas Karib. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas* 2(1): 105-21.
- _____.(2006b). Mawé stative verbs and predicate possession. In Wolf Dietrich; Haralambos Symeonidis (eds.) (2006). *Guarani y "Mawetí-Tupí-Guaraní"*. *Estudios históricos y descriptivos sobre una familia lingüística de América del Sur*, pp. 47-68. Berlin & Münster: LIT Verlag.
- _____.(2007). *A Grammar of Tiriyó*. Berlin: Mouton de Gruyter. Tese de Doutorado. Rice University, 1999.
- MICHAEL, Lev (2008). *Nanti evidential practice: language, knowledge, and social action in an Amazonian society*. Tese de doutorado. Texas: University of Texas at Austin.
- _____.(2009). Review of Ramirez, Henri. Línguas Arawak da Amazônia setentrional: comparação e descrição. *International Journal of American Linguistics* 75(3): 447-50.

- MITHUN, Marianne (1999). *The languages of Native North America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MONSERRAT, Ruth; DIXON, R. M. W. (2003). Evidentiality in M̃ky. In Alexandra Y. Aikhenvald; R. M. W. Dixon (eds.). *Studies in Evidentiality*, pp. 237-241. Amsterdam: John Benjamins.
- MOORE, Denny (2007). Endangered languages of lowland tropical South America. In Matthias Brenzinger (ed.). *Language diversity endangered*, pp. 29-58 Berlin: Mouton de Gruyter.
- MOSELEY, Christopher (2010). *Atlas of the World's Languages in Danger*, 3a ed. Paris: UNESCO Publishing. Versão online: <http://www.unesco.org/culture/en/endangeredlanguages/atlas>
- MÜLLER, Ana; STORTO, Luciana; COUTINHO-SILVA, Thiago (2006). Número e a distinção contável-massivo em Karitiana. *Revista da ABRALIN* 5(1/2): 185-213.
- MUYSKEN, Pieter et al. (2011). *Linguistic areas, bottom up or top down? The case of the Guaporé-Mamoré*. Ms. Radboud University, Nijmegen.
- NEVINS, Andrew; PESETSKY, David; RODRIGUES, Cilene (2009). Pirahã exceptionality: A reassessment. *Language* 85(2): 355-404.
- _____; SANDALO, Filomena (2011). Markedness and morphotactics in Kadiweu [+participant] agreement. *Morphology* 21: 351-378.
- NONATO, Rafael (2008). *Ainore Boe egore: um estudo descritivo da língua Bororo e conseqüências para a teoria de caso e concordância*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- NORDLINGER, Rachel; SADLER, Louisa (2004). Nominal tense in cross-linguistic perspective. *Language* 80(4): 776-806.
- OSPINA BOZZI, Ana María (2002). *Les structures élémentaires du Yuhup Maku, langue de l'Amazonie Colombienne: Morphologie et syntaxe*. Tese de Doutorado. Université Paris 7 Denis Diderot.
- PAYNE, David L. (1991). A classification of Maipuran (Arawakan) languages based on shared lexical retentions. In Desmond Derbyshire; Geoffrey Pullum (eds.). *Handbook of Amazonian languages* vol. 3, pp. 355-499. Berlin: Mouton de Gruyter.
- PAYNE, Doris L. (1990). Morphological characteristics of lowland South American languages. In _____ (ed.). *Amazonian linguistics: studies in lowland South American languages*, pp. 213-241. Austin: University of Texas Press.
- PERRI FERREIRA, Helder (2009). *Los clasificadores nominales del Yanomama de Papiu (Brasil)*. Dissertação de Mestrado. México: CIESAS, Maestría en Lingüística Indoamericana (MLI).
- PICA, Pierre et al. (2004). Exact and Approximate Arithmetic in an Amazonian Indigene Group. *Science* 306(5695): 499-503.
- QUEIXALÓS, Francesc (1998). *Nom, verbe et prédicat en Sikuani (Colombie)*. Paris: Peeters.
- _____; RENAULT-LESCURE, Odile (eds.) (2000). *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- RAMIREZ, Henri (2001). *Línguas Arawak da Amazônia Setentrional: Comparação e Descrição*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas.

- REIS SILVA, Maria Amélia; SALANOVA, Andrés Pablo (2000). Verbo y ergatividade escindida en Mëbengokre. In Hein van der Voort; Simon van de Kerke (eds.) *Indigenous languages of lowland South America*, pp. 225-242. Leiden: Research School of Asian, African, and Amerindian Studies (CNWS).
- RIBEIRO, Eduardo; VOORT, Hein van der (2010). Nimuendajú was right: the inclusion of the Jabutí language family in the Macro-Jê stock. *International Journal of American Linguistics*, 76(4): 517-570.
- RIVET, Paul; TASTÉVIN, Constant (1920). Affinité du Makú et du Puinave. *Journal de la Société des Américanistes*, n.s. 12: 69-82.
- RODRIGUES, Aryon (1953). Morfologia do verbo Tupi. *Letras: Separata* n° 1, pp. 121-152.
- _____.(1986). *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola.
- _____.(1999). Macro-Jê. In R. M. W. Dixon; Alexandra Y. Aikhenvald (eds.). *The Amazonian language*, pp. 165-206.
- _____.(2000). Panorama das línguas indígenas da Amazônia. In Francese Queixalós e Odile Renault-Lescure (eds.). *As línguas Amazônicas hoje*, pp. 15-28. São Paulo, Brasil: Instituto Socioambiental.
- _____.(2006). As línguas indígenas no Brasil. In Beto Ricardo; Fanny Ricardo (eds.) *Povos indígenas no Brasil 2001/2005*, pp. 59-63. São Paulo, Brasil: Instituto Socioambiental.
- _____; CABRAL, Ana Suelly (eds.) (2007). *Línguas e culturas Macro-Jê*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- ROSE, Françoise (2003). *Morphosyntaxe de l'émérillon: Une Langue tupi-Guarani de Guyane française*. Tese de doutorado. Paris: Université Lumière Lyon 2.
- SALANOVA, Andrés (2007a). *Nominalizations and aspect*. Doctoral dissertation, Massachusetts Institute of Technology. Distribuída por MIT Working Papers in Linguistics.
- _____.(2007b). The building blocks of aspectual interpretation. *Proceedings of Semantics in Under-represented Languages of the Americas IV*, pp. 215-229. Amherst, MA: GLSA.
- _____.(2007c). Review of R. M. W. Dixon, *The Jarawara language of southern Amazonia*. *International Journal of American Linguistics* 73(1):126-8.
- _____.(2008). Uma análise unificada das construções ergativas do Mëbengokre. *Amerindia. Revue d'ethnolinguistique amérindienne* 32: 109-134.
- _____.(2011). Relative clauses in Mëbengokre. In Rik van Gijn; Katharina Haude; Pieter Muysken (eds.). *Subordination in South American Languages*, pp. 45-78. Amsterdam: John Benjamins.
- SANDALO, Filomena (1995). *A grammar of Kadiwéu with special reference to the polysynthesis parameter*. Tese de Doutorado. University of Pittsburgh.
- SANTOS, Ludoviko dos (1997). *Descrição da morfossintaxe da língua Suyá/Kĩsêdjê (Jê)*. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- _____; PONTES, Ismael (orgs.) (2002). *Línguas Jê: estudos vários*. Londrina: Editora da UEL.
- SAPIR, Edward. (1949 [1933]). Language. In David G. Mandelbaum (ed.). *Selected Writings of Edward Sapir in Language, Culture, and Personality*, pp. 7-32. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- SEIFART, Frank (2005). *The structure and use of shape-based noun classes in Miraña (North West Amazon)*. Tese de doutorado. Radboud Universiteit Nijmegen.
- _____.(2007). The prehistory of nominal classification in Witotoan languages. *International Journal of American Linguistics* 73(4): 411-451.
- SEKI, Lucy (1976). O Kamaiurá: língua de estrutura ativa. *Língua e Literatura* 5: 217-27.
- _____.(1990). Kamaiurá (Tupi-Guarani) as an active-stative language. In Doris Payne (ed.) *Amazonian linguistics. Studies in Lowland South American languages*, pp. 367-391. Austin: University of Texas Press.

- _____.(1999). The Upper Xingu as an incipient linguistic area. In R. M. W. Dixon; Alexandra Y. Aikhenvald (eds.). *The Amazonian Languages*, pp. 417-428.
- _____.(2000). *Gramática do Kamaiurá: Língua Tupi-Guarani do Alto Xingu*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- SHERZER, Joel (1987). A discourse-centered approach to language and culture. *American Anthropologist* 89(2): 295-309.
- SIEWIERSKA, Anna (2005). Alignment of verbal person marking. In Martin Haspelmath; Matthew S. Dryer, David Gil, Bernard Comrie (eds.). *The World Atlas of Language Structures Online*, Munich: Max Planck Digital Library, capítulo 100. Disponível em <http://wals.info/feature/100>.
- SILVERSTEIN, Michael (1976). Hierarchy of features and ergativity. In R.M.W. Dixon, (ed.). *Grammatical categories in Australian languages*, pp. 112-171. Australian Institute of Aboriginal Studies and Humanities Press.
- SMITH, Carlota; PERKINS, Ellavina, FERNALD, Theodore (2007). Time in Navajo: direct and indirect interpretation. *International Journal of American Linguistics*, 73(1): 40-71.
- SOLÍS FONSECA, Gustavo (2003). *Lenguas en la Amazonía Peruana*. Lima: Visual Service S.R.L.
- SORENSEN, Arthur P. Jr. (1967). Multilingualism in the Northwest Amazon. *American Anthropologist* 69(6): 670-684.
- STORTO, Luciana (1999). *Aspects of Karitiana grammar*. Tese de doutorado. Massachusetts Institute of Technology.
- _____. (No prelo). Subordination in Karitiana. In Frantomé Pacheco; Francesc Queixalós, Leo Wetzels; Stella Telles (eds.). *Subordination in Amazonian Languages*. Brill's Studies in the Indigenous Languages of the Americas.
- TONHAUSER, Judith (2006). *The temporal semantics of noun phrases: evidence from Guarani*. Doctoral dissertation. Stanford University.
- URBAN, Greg (1985). Ergativity and accusativity in Shokleng (Gê). *International Journal of American Linguistics* 51(2):164-187.
- _____.(1991). *A Discourse-Centered Approach to Culture: Native South American Myths and Rituals*. Austin: University of Texas Press.
- _____; SHERZER, Joel (1988). The linguistic anthropology of native South America. *Annual Review of Anthropology*, 17: 283-307.
- VALENZUELA, Pilar (2003). *Transitivity in Shipibo-Konibo grammar: a typologically oriented study*. Tese de doutorado. University of Oregon.
- VAN GIJN, Rik; HAUDE, Katharina; MUYSKEN, Pieter (eds.) (2011). *Subordination in Native South American Languages*. Amsterdam: John Benjamins.
- VIEGAS BARROS, J. Pedro (2005). Algumas semejanzas gramaticales Macro-Guaicurú/Macro-Jê. *Trabalho apresentado no IV Encontro de Pesquisadores de Línguas e Culturas Macro-Jê. Recife, Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco*.
- VIEIRA, Márcia Damaso (1995). The expression of quantificational notions in Asurini do Trocará: against the universality of determiner quantification. In Emmon Bach; Barbara Partee; Angelika Kratzer; Eloise Jelinek (eds.). *Quantification in Natural Languages*, pp. 701-720. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify Edições.

- VOORT, Hein van der (2004). *A Grammar of Kwaza*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- _____; KERKE, Simon van de (eds.) (2000). *Indigenous languages of lowland South America*. Indigenous languages of Latin America (ILLA). The Netherlands: Leiden University. Research School of Asian, African, and Amerindian Studies (CNWS).
- WEIR, E. M. Helen (1984). *A negação e outros tópicos da gramática Nadëb*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas.
- WETZELS, Leo (ed.) (2007). *Language endangerment and endangered languages: linguistic and anthropological studies with special emphasis on the languages and cultures of the Andean-Amazonian border area*. Leiden: Research School of Asian, African, and Amerindian Studies (CNWS).
- WHORF, Benjamin Lee (1950). An indian model of the universe. *International Journal of American Linguistics* 16(2): 67-72.
- WINTER, Werner (1999). When numeral systems are expanded. In Jadranka Gvozdanovic (ed.). *Numeral Types and Changes Worldwide*, pp. 43-54. (Trends in Linguistics 118.) Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- WOODBURY, Anthony C. (1993). In defense of the proposition, "When a language dies, a culture dies" *Proceedings of the First Annual Symposium About Language and Society Austin (SALSA)*, Texas Linguistic Forum 33:101-129.

Recebido: 16/2/2012

Versão revista (1): 26/6/2012

Versão revista (2): 29/6/2012

Versão revista (3): 22/9/2012

Aceito: 30/9/2012